

I - Propor políticas de proteção ao Meio Ambiente;

II - Planejar e desenvolver ações de promoção, proteção, conservação, recuperação, restauração, reparação, vigilância e melhoria da qualidade ambiental;

III - Promover a definição da ocupação e dos espaços territoriais de acordo com as limitações e condicionantes ecológicas ambientais;

IV - Promover o controle da poluição e atividades potencialmente poluidoras;

V - Identificar, criar e administrar Unidades de Conservação e outras áreas protegidas para a proteção de mananciais, ecossistemas, flora e fauna, recursos genéticos e outros bens de interesses ecológicos, estabelecendo normas a serem observadas nestas áreas;

VI - Propor diretrizes específicas para a proteção de mananciais hídricos, através de zonas de uso e ocupação de áreas de drenagem de bacias e sub-bacias hidrográficas;

VII - Promover normas e padrões de qualidade ambiental e para aferição e monitoramento dos níveis de poluição e contaminação do solo, atmosférica, hídrica eústica, dentre outras;

VIII - Propor normas relativas ao uso e sanejo dos recursos ambientais;

IX - Garantir normas de monitoramento, padrões de emissão e condições de lançamento para resíduos e fontes de qualquer natureza;

X - Promover a implantação do Sistema de Informações sobre o Meio Ambiente;

XI - Promover a educação ambiental;

XII - Incentivar o desenvolvimento, produção e instalação de equipamentos e aplicação, absorção e difusão de tecnologias compatíveis com a melhoria da qualidade ambiental;

XIII - Promover a implantação e operação do Sistema de Monitoramento Ambiental;

XIV - Garantir a participação comunitária no planejamento, execução e vigilância ou melhoria da qualidade ambiental;

XV - Promover a regulamentação e controle da utilização de produtos químicos em atividades industriais e agropastoris;

XVI - Avaliar níveis de saúde ambiental, promovendo pesquisas, investigações, estudos e outras medidas necessárias;

XVII - Incentivar, colaborar e participar planos de ações ambientais em nível local, estadual e municipal;

XVIII - Promover a execução de outras ações essenciais a conquista e manutenção de melhores níveis de qualidade ambiental.

Art. 3º - O Sistema Municipal de Administração Ambiental - SISMAM tem a seguinte estrutura básica;

I - Conselho Superior do SISMAM - CSS;

II - Comissão de Administração Ambiental - CAA;

III - Secretaria Executiva.

## SEÇÃO I DO CONSELHO SUPERIOR

Art. 4º - O CSS é o órgão superior de deliberação do SISMAM, constituído na forma do Art. 1º, deste Regulamento.

Parágrafo Único - As medidas provenientes do plenário do SISMAM serão submetidas à apreciação do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMMAm.

## SEÇÃO II DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL - CAA

Art. 5º - Fica criada a Comissão de Administração Ambiental, com funcionamento junto à Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMMA, composta pelas seguintes unidades:

I - Assessoria de Planejamento da Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMMA;

II - Assessoria de Planejamento da Secretaria Municipal de Saúde - SMS;

III - Assessoria de Planejamento da Secretaria Municipal de Educação - SME;

IV - Diretoria de Planejamento do Instituto de Planejamento Municipal - IPLAN.

Parágrafo 1º - A CAA reunir-se-á ordinariamente 01 (uma) vez por mês, mediante convocação de qualquer dos seus membros.

Parágrafo 2º - Os serviços prestados pelos membros da Comissão não serão remunerados, sendo suas atividades consideradas de relevante interesse público.

Art. 6º - Compete a Comissão de Administração Ambiental:

I - Realizar estudos de programas, projetos, planos e ações conjuntas, a serem implementadas após aprovação pelo Plenário;

II - A CAA deverá compatibilizar as competências do SISMAM de acordo com os Regimentos Internos dos órgãos que o integram.

## SEÇÃO III DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 7º - A função executiva será exercida pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMMA.

Parágrafo Único - A SEMMA exercerá a Secretaria Executiva, funcionando como órgão auxiliar e técnico do SISMAM, desempenhando atividades de suporte técnico, administrativo e de execução das normas referentes à proteção do Meio Ambiente.

Art. 8º - A Secretaria Executiva compete:

I - Fornecer suporte e assessoramento ao Conselho Superior do SISMAM - CSS e a Comissão de Administração Ambiental - CAA;

II - Preparar a pauta das reuniões ordinárias e extraordinárias do SISMAM e encaminhá-las aos Titulares e/ou Assessores e Diretor com antecedência de, no mínimo, 10 (dez) dias;

III - Secretariar as reuniões do SISMAM, prestando informações e esclarecimentos sobre as matérias em pauta;

IV - Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo CSS e CAA.

## DISPOSIÇÕES FINAIS

- CSS e a Comissão de Administração Ambiental - CAA terão prazo de 30 (trinta) dias após sua instalação para elaborar seus Regimentos Internos.

Art. 10º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE  
GOIÂNIA, aos 06 dias do mês de junho de 1994.

**DARCI ACCORSI**  
Prefeito de Goiânia

**VALDIR BARBOSA**  
Secretário do Governo Municipal

**DECRETO Nº 1.379,**  
**DE 06 DE JUNHO DE 1994**

"Retifica o Decreto nº 1.082, de 10 de maio de 1994 e dá outras providências".

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: retificar o Decreto nº 1.082, de 10 de maio de 1994, que "Regulamenta o Artigo 76, da Lei Complementar nº 11/92 e dá outras providências" e que passa ter a seguinte redação:

"Art. 1º - O Auxílio pecuniário de que trata o Artigo 76, da Lei Complementar nº 11, de 11 de maio de 1992, será concedido na forma da Lei Federal nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, no qual o Município participará dos gastos de deslocamento dos servidores com a ajuda de custo equivalente a parcela que exceder a 6% (seis por cento) de sua remuneração".

Parágrafo Único - Aos servidores que perceberem até dois salários mínimos, será concedido o máximo de 44 (quarenta e quatro) vales-transporte por pessoa, observando a proporção dos dias úteis no mês.

Art. 2º - As Empresas Públicas Municipais concederão o vale-transporte obedecendo exclusivamente a Lei Federal de que trata o artigo anterior.

Parágrafo Único - As cláusulas de convenções ou de acordos coletivos de trabalho que estiverem em divergência com o "caput" deste artigo deverão ser questionadas nas respectivas datas-bases.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE  
GOIÂNIA, aos 06 dias do mês de junho de 1994.

**DARCI ACCORSI**  
Prefeito de Goiânia

**VALDIR BARBOSA**  
Secretário do Governo Municipal